

Proletários de todos os Países, UNI-VOS!



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A ACÇÃO DA IGREJA E DO ALTO CLERO E O PAPEL DOS COMUNISTAS

Por MELO

Nos comunistas, orientámo-nos pelo marxismo-leninismo cuja base teórica reside no materialismo dialéctico. Como se sabe a concepção materialista dialéctica não faz depender de Deus a existência das coisas e dos fenómenos. Mas não devemos confundir a nossa posição ideológica frente à religião, com a nossa atitude em relação às massas religiosas e crentes em Deus.

O Partido Comunista é o mais consequente defensor da liberdade de consciência e por diversas vezes tem reafirmado o seu respeito pela liberdade de crença e pela prática do culto. Nada nos move contra o catolicismo, como contra qualquer outra religião.

Mas não podemos deixar de verificar que apesar dos anseios comuns que podem e devem unir comunistas e católicos na defesa da causa sagrada da Paz e da independência nacional, na luta pelos direitos sociais e democráticos, a Igreja Católica e o alto clero reaccionário têm pregado o ódio aos comunistas e demócratas e colaborado estreitamente com o regime anti-nacional de Salazar que há 52 anos se apoderou e mantém ilegalmente no poder.

A IGREJA CATÓLICA E O SALAZARISMO

O Vaticano, centro da Igreja Católica é, antes de tudo, uma das maiores potências financeiras, e o Papa, tal como as altas esferas eclesásticas de cada país, estão estreitamente ligadas aos círculos dirigentes e reaccionários do mundo capitalista. Não o podem esconder nem negar.

É isto que explica as razões porque o Vaticano e as altas esferas da Igreja se colocam sempre ao lado das classes capitalistas e reaccionárias. Porque apoiaram Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e, mais tarde, se esforçaram por salvar a Monarquia italiana; porque apoiaram a agressão fascista e terrorista que colocou Franco no poder de Espanha e auxiliaram Pétain a tomar conta do Poder em França; porque encabeçaram cruzadas contra a União Soviética e actividades de sapa contra os países do socialismo; porque apoiaram o golpe fascista do 28 de Maio que levou Salazar ao poder.

O carácter clerical-fascista do regime de Salazar, evidente desde os seus primórdios, está ligado ao carácter de classe e aos privilégios que a Igreja Católica tem usufruído do regime salazarista.

A Igreja diz «*estar a cima da politica*» mas sempre faz a apologia do salazarismo. O Cardeal Patriarca diz aos católicos «*ser dever de justiça amparar os governantes*» e faz a defesa da «*liberdade de que nós gozamos*».

Efectivamente, além da *União Nacional* e da *Causa Monárquica*, somente a Igreja Católica beneficia dum total liberdade, possui a liberdade de realizar procissões, congressos, pode editar jornais e participar em congressos internacionais, formar organizações da juventude, de mulheres, patronais, etc., todas

e elas subordinadas à Acção Católica que, por sua vez, está subordinada ao Vaticano.

Esta liberdade é o preço da colaboração prestada pela Igreja Católica a todos os aspectos da politica anti-nacional do salazarismo. Pode-se mesmo dizer que, particularmente nos últimos tempos, a principal base social de massas em que o salazarismo se apoia, deve-se ao apoio que lhe é prestado pela Igreja Católica. O salazarismo e a Igreja Católica têm especulado com as crenças religiosas da maioria do nosso povo, utilizam-se da religião para a pôr ao serviço do regime anti-nacional e anti-democrático de Salazar. Conforme confessou o Arcebispo de Evora (30-1-1956), «*a Igreja quer prestar aos poderes constituídos toda a colaboração*» e precisava: «*O que não respeita o poder é um rebelde contra o Estado e é um rebelde contra Deus*».

As manifestações quando dos acontecimentos da Hungria e as chamadas «*marchas do silêncio*», reivindicando noutros países liberdades de que o nosso País está inteiramente privado, são bem a demonstração da colaboração existente entre o Governo de Salazar e a Igreja Católica.

A Igreja aparece também a colaborar estreitamente com a politica da guerra salazarista, nos exercicios da D.C.T. e os seus mais altos dignitários aparecem nas manifestações belicistas mais evidentes. Surge ainda a apoiar o sistema corporativista que caracteriza o regime de Salazar e identificada com os latifundiários e monopolistas e, ela própria, possui largos interesses e investimentos em empresas (tal é o caso da MABOR) e bancos monopolistas, no País e nas colónias.

Até mesmo a coacção religiosa aparece muitas vezes paralelamente à repressão salazarista. Essa coacção manifest-se por diversos processos, inclusive por interrogatórios tipicamente policiais feitos por alguns padres. Jovens pertencentes a organizações das juventudes católicas têm sido expulsos dessas organizações somente por pertencerem ao MUD Juvenil. Até mesmo alguns padres mais progressistas e irmanados com os anseios do nosso povo têm sido perseguidos pelo alto clero reaccionário e afastados das suas paróquias. Quando as valentes operárias da fábrica dos *Inglezes*, no Porto, fizeram a greve por se recusarem a trabalhar com 4 teares, não apareceu somente a FIDE a fazer prisões e a reprimir a luta, surgiu também o padre de Remalde a procurar convencer as operárias de que seriam «*beneficiadas*» se trabalhassem com os 4 teares. Encobrido-se com o sacerdote, alguns padres apareceram mesmo nas fábricas têxteis da Covilhã a fazer «*conferências*» incitando os operários a aumentarem a produção.

O clero reaccionário aparece assim a esforçar-se por impedir a unidade de acção dos operários e trabalhadores em defesa dos seus interesses e aspirações e a desculpar e defender o grande

patronato.

CRESCE A DESCRENÇA DAS MASSAS CATÓLICAS NA ACCÇÃO DA IGREJA E DO ALTO CLERO

A acção do alto clero reaccionário em defesa das classes privilegiadas, a sua estreita colaboração com o regime salazarista, a opulência em que vive o alto clero, indiferente aos anseios e à crescente miséria das massas trabalhadoras, choca-se cada vez mais com os princípios do cristianismo que a Igreja apregoa. As contradições entre os princípios do cristianismo e a acção diária da Igreja, tornam-se cada vez mais evidentes para as massas católicas que, por isso mesmo, procuram libertar-se e afastam-se da tutela do alto clero.

O jornal católico «Novidades», de 25-8-1957, confessava que *«fomos um País católico, mas deixámos de o ser, e hoje temos no País uma maioria estatística de católicos, mas uma pequena minoria de católicos conscientes; minoria que se vai tornando cada vez mais pequena»*. O que o jornal não confessa é que isso é uma resultante do crescente isolamento da Igreja, e do alto clero das aspirações e sentimentos das massas católicas, apesar da maioria do nosso povo manter as suas crenças religiosas.

A Igreja sabe que o descontentamento em relação ao regime salazarista abrange as mais largas camadas da população, inclusive as camadas católicas, que as lutas e a pressão das massas está provocando a decomposição do salazarismo. Esta situação está causando sérias apreensões à Igreja, mais ainda porque ela sabe que está profundamente comprometida com o regime.

Previdendo uma mudança de regime num sentido democrático a Igreja Católica não deixará de ensaiar posições com o objectivo de libertar as suas responsabilidades e salvaguardar os seus privilégios, como de certo modo já se notam indícios. O próprio Cardeal Patriarca afirmou numa alocução há pouco mais dum ano que *«a hierarquia em Portugal nunca se pronunciou oficialmente sobre o regime político como tal; nem o aprovou nem o condenou»* e confessava *«não nego tenha havido pessoas da Igreja que assumissem atitudes políticas, esquecendo que melhor fica aos sacerdotes cuidar das coisas de Deus. Mas estas nem representam a hierarquia, nem o fizeram em nome dela, nem contam com o seu aplauso»*.

Os comunistas sempre pensaram que à Igreja cabe cuidar da religião e não da política. Não combatemos o Sr. Cardeal e o alto clero pelo facto de serem sacerdotes, mas sim pela razão de serem fascistas. O Sr. Cardeal sabe perfeitamente bem que os factos, as manifestações POLÍTICAS de apoio oficial do alto clero ao salazarismo e à sua política anti-nacional são inúmeras e irrefutáveis e que ele é precisamente dos sacerdotes que com frequência tem preconizado tal política. Mas se o alto clero deseja somente cuidar da religião só desejamos que essa rectificação se realize, não em palavras, mas com factos. Nas próximas eleições à Presidência da República a Igreja terá oportunidade de definir a sua posição, demonstrando se continua ou não a apoiar o salazarismo e a caluniar as forças democráticas.

É possível, no entanto, no que respeita ao Sr. Cardeal, que ele condene não as posições políticas de apoio ao salazarismo, mas as posições de simpatia de alguns sacerdotes pela acção dos trabalhadores e pela causa das liberdades democráticas. Na realidade, os Bispos de Aveiro e Coimbra e outros sacerdotes subscreveram o Apelo de Amnistia para todos os presos e perseguidos políticos e vários padres prestaram solidariedade à luta dos heróicos mineiros de Alcochete. Também não há muito que o Vice-Reitor do Seminário do Porto defendeu publicamente a liberdade de imprensa e concluiu que *«doutrina que não se aguenta em pé de igualdade legal com os adversários, é doutrina que não merece sobreviver»*.

A Igreja Católica possui uma milenária experiência e sabe que a crescente desagregação do salazarismo está já a criar-lhe dificuldades, mas que serão bem maiores, se continuar identificada com o salazarismo até ao dia em que o povo português

conquistar as liberdades democráticas. Quando alguns sacerdotes mais avisados tentaram concorrer às eleições para deputados com listas independentes da *União Nacional*, em Aveiro (1955) e em Braga (1957), eles procuraram aparecer como força independente do salazarismo.

A Igreja não deixará de organizar o seu próprio partido político (desde há muito que se fala na criação dum partido católico), a exemplo do que sucede noutros países europeus, quando verificamos que a nau do salazarismo está a afundar-se completamente ou após o restabelecimento das liberdades democráticas. Por agora e desde já, a Igreja esforça-se por alargar as organizações controladas pela Acção Católica que, nos últimos tempos particularmente entre a juventude, tem intensificado a sua acção e a formação ideológica dos seus fillados. Os vários congressos organizados pela Acção Católica, nomeadamente o da J.O.C., as *Jornadas de Fátima* para os estudantes, os novos jornais editados para a juventude católica e a preocupação de debaterem problemas atráentes, são bem a demonstração de que a Igreja está atenta quanto ao presente e que procura precaver-se quanto ao futuro.

A LUTA PELA UNIDADE COM AS MASSAS CATÓLICAS

A maioria da população é crente e possui uma formação religiosa, muito embora só uma parte milita nas organizações da Acção Católica ou nas organizações de protestantes, evangelistas ou espiritistas. Para compreendermos a importância dessas organizações bastará dizer que a Acção Católica possui cerca de 100 mil fillados, na sua maioria pertencentes às organizações das juventudes católicas e particularmente do sexo feminino.

Nós, comunistas, não podemos ignorar, nem menosprezar as massas religiosas nem as organizações católicas. Fazê-lo, seria transformar o Partido numa força sectária, voltado para si mesmo e separá-lo das largas massas. Mas é necessário vincar que o sectarismo, que está longe de ter sido expurgado das nossas fileiras, manifesta-se com particular acuidade na acção, dos nossos militantes junto das massas católicas, na desconfiança em relação a elas.

Muitos camaradas consideram que um católico é sempre um fascista e baseados neste falso conceito, encaram o problema religioso desligado da luta de classes, propagam um ateísmo abstracto, preconizam a guerra à religião como objectivo político do Partido e, sem se aperceberem, colocam-se no terreno desajudado pela Igreja Católica e pelo salazarismo, que se esforçam por dividir os portugueses entre crentes e ateus e até mesmo entre católicos e não-católicos.

É evidente que o Partido Comunista, vanguarda da classe operária, deve opor-se resolutamente à divisão dos portugueses e em especial do proletariado, entre crentes e ateus. Os comunistas devem encerrar as pessoas, não segundo as suas crenças religiosas mas segundo as suas posições políticas e de classe. Há católicos ou crentes pertencentes a outras religiões, que são republicanos, monárquicos, fascistas, socialistas e comunistas. Uns são operários ou camponeses, empregados ou intelectuais, outros, são comerciantes, agrários e monopolistas. Pessoas com a mesma crença religiosa possuem convicções políticas inteiramente opostas determinadas pela sua posição de classe.

Quando os trabalhadores dum fábrica ou profissão se preparam para lutar por reivindicações comuns a todos eles, se, recorrem mesmo à greve, o que deveremos realçar são os seus interesses comuns de classe, que une os crentes e os ateus e não as divergências sobre a religião ou entre os diferentes credos religiosos. Fazer o contrário, seria desviar a atenção do proletariado das tarefas urgentes em defesa dos seus interesses de classe para o anti-clericalismo extremamente prejudicial e que só farta o joço da Igreja e do salazarismo. Foi Lênine que disse:

«Seria absurdo imaginar que numa sociedade baseada na opressão e na degradação, ilimitadas das massas laboriosas, é possível extirpar os prejuízos religiosos com a simples prelecção. Seria dar prouços, dum estreiteza mental burguesa, perder de vista, o facto de que a

opressão religiosa da humanidade é somente o fruto ou o reflexo da opressão económica da sociedade. Nem os livros nem a prelecção podem esclarecer positivamente o proletariado se este não é esclarecido por sua própria luta contra as forças ocultas do capitalismo. A união nesta luta genuinamente revolucionária da classe oprimida para fazer da terra um céu, é mais importante para nós que a unidade de critério proletário acerca do paraíso imaginário do céu.

Nas fileiras do nosso Partido militam operários e outras pessoas de formação religiosa, católicos e protestantes, muitos deles com inúmeras provas de espírito de luta e de firmeza perante o inimigo.

Entretanto, há camaradas, que consideram que é incompatível ser-se membro do Partido e, ao mesmo tempo, católico. Para tais camaradas, um católico só poderia vir às nossas fileiras desde que abandone as suas crenças religiosas. Tais posições contradizem os Estatutos do nosso Partido, que estabelece no seu Artigo 2º: **«Pode ser membro do Partido Comunista Português todo o homem ou mulher, seja qual for a sua raça ou fé-religiosa, desde que aceite o Programa e os Estatutos do Partido, milite activamente numa das suas organizações e pague regularmente a cotização estabelecida pelo Partido».**

Criar obstáculos a admissão no Partido, de homens e mulheres, só porque se é crente ou católico, é uma posição que se opõe aos princípios teóricos e orgânicos do Partido e que impede uma mais larga unidade de acção com as massas católicas. Lênine defendia que **«não somente devemos admitir, mas trabalhar por atrair ao Partido todos aqueles operários que ainda conseram a fé em Deus».** E acrescentava: **«Somos absolutamente contrários à mais ligeira afronta às convicções religiosas destes operários. Devemos recrutá-los com o objectivo de os educar no espírito do nosso programa e não com o objectivo de conduzir uma luta activa contra a religião».**

Um operário, católico praticante, dum das maiores empresas do País e membro do nosso Partido há vários anos, dizia e com razão, a um camarada que não compreendia a sua qualidade de comunista e católico: **«há católicos bons e maus tal como os ateus. Embora católico, estou disposto a lutar, mas quando se atacam todos os católicos alimentamos as desconfianças em relação aos comunistas e fornecemos aos dirigentes da Igreja armas para nos atacarem».**

Efectivamente assim sucede muitas vezes. Não é por acaso que um outro católico simpaticante do Partido perguntava, apreensivo, se nos queimaríamos as Igrejas quando estivéssemos no poder. Este exemplo é bem elucidativo dos efeitos das calúnias lançadas sobre os comunistas, até mesmo junto de operários mais esclarecidos, mas que nos muitas vezes subestimamos.

Tudo o nosso Partido necessita de desenvolver um grande esforço no sentido de nos aproximarmos das massas católicas atraindo-as à luta comum com os seus irmãos ateus, na defesa das suas reivindicações económicas, na luta pela paz e pela democracia. Para isso é essencial que o sectarismo de-

sapareça das nossas fileiras, que os comunistas saibam inspirar confiança a todos os que professam crenças religiosas, que recrutem para as fileiras do Partido os mais combativos e esclarecidos.

Um camarada protestante e membro dum comité de classe, apesar de dedicado e activo na defesa dos interesses da sua classe, considera que será principalmente pela acção de Deus que os problemas da classe operária serão resolvidos. A este camarada e a todos os que creem em Deus, devemos procurar esclarecê-los de que a luta é o caminho mais rápido para a satisfação das suas reivindicações e aspirações, luta que implica a acção unida das massas exploradas contra os exploradores. A experiência e uma maior consciência de classe ensinará a esses operários que a solução dos problemas do proletariado está nas suas próprias mãos.

O nosso Partido luta e lutará para que os católicos e todos os que professam crenças religiosas tenham absoluta segurança de que os seus sentimentos religiosos serão respeitados e garantida a prática do seu culto, pois consideramos a religião, no que respeita ao Estado, como uma questão privada. O Programa do nosso Partido, aprovado no V Congresso, defende a **«separação da Igreja do Estado. Que o Estado seja laico, mas dado que uma grande parte da nossa população é católica, o Estado deverá ajudar às necessidades do culto. Garantia do direito de professar e praticar qualquer religião».**

Estes nossos objectivos não traduzem uma tática de momento, da mesma forma que não é uma tática de ocasião a nossa preocupação constante de chamar à acção unida todos os crentes e ateus na luta pelos seus interesses e aspirações comuns, independentemente das crenças religiosas ou convicções políticas. Nós aspiramos a que ateus e crentes edifiquem por suas próprias mãos um Portugal próspero, democrático e independente, da mesma forma que nos países do Socialismo, crentes e ateus construíram ou estão construindo o Socialismo.

Nos repetimos as afirmações contidas no folheto **«o Partido Comunista os católicos e a Igreja»**, publicado em 1947:

«O Vaticano, os altos dignitários da Igreja Portuguesa, os sacerdotes reaccionários, a imprensa católica, longe de prosequerem uma acção para a concórdia e para a fraternidade humanas, em vez de sentirem e aconselharem tolerância e amor, conduzem uma política activa de apoio ao fascismo, espalham a divisão e o ódio. E somos nós, comunistas, ofendidos, insultados, caluniados, sujeitos às mais terríveis perseguições, somos nós que erguemos o estandarte da tolerância, da concórdia, da unidade. Fazê-mo-lo porque estão em jogo, não a sorte de um Partido ou de um grupo, mas os interesses do nosso povo, da nossa Patria, da paz, dum melhor futuro para a humanidade. São esses interesses que defendemos e isto determina a nossa atitude. So a unidade de todos os homens e mulheres honrados e progressivos pode pôr barreira à desenfreada exploração fascista e ao terror policial, à arbitrariedade e ao crime, às concessões que ameaçam a independência, à preparação de uma nova hecatombe universal. Não há divergências de convicções religiosas e filosóficas que possam, por si só, afastar os homens duma unidade estabelecida com tal objectivo».

SOBRE A LUTA EM DEFESA DA PAZ

Por RICARDO

O nosso Partido e com ele os partidários da Paz mais consequentes e combativos, conseguiram, no período em que os imperialistas mais intensamente preparavam o desencadeamento da guerra, mobilizar sectores bastante largos do nosso povo para a luta em defesa da Paz.

Não só foram levadas a cabo importantes acções pelas massas e campanhas que granjearam o apoio de muitos milhares de portugueses, mas deram-se também elementos ao nosso povo para que ele passasse a identificar a guerra com o imperialismo e a compreender que as suas dificuldades económicas e o atraso do País estão ligados à política belicista do governo.

Nos últimos dois anos, no entanto, a luta pela Paz no nosso País, feita numa base organizada e com objectivos específicos, debilitou-se. Em todo o ano de 1957, quase não se realizaram acções de Paz com estas características e desagregaram-se inclusivamente algumas das comissões de Paz existentes, que apesar de debêis iam realizando algumas iniciativas.

Mais adiante abordaremos algumas das causas que conduziram a esta situação, antes porém, salientamos que seria errado de-

duzir-se de que afirmámos que a luta pela Paz nos últimos dois anos ou mesmo em 1957, morreu entre nós.

Há um profundo conteúdo de Paz nas numerosas lutas que as massas trabalhadoras têm travado e estão travando contra os salários de fome, que são uma consequência directa da política de guerra do governo. Um idêntico conteúdo de Paz, está patente nas lutas políticas, realizadas quer quando da campanha eleitoral para deputados, quer depois disso nas acções desenvolvidas para a apresentação de um candidato democrático às próximas eleições presidenciais, na medida em que, estas lutas visando a substituição do governo de Salazar por um governo de unidade nacional que pratique uma política de boas relações com todos os Estados, têm colocado perante o nosso povo as consignas de Paz do nosso Partido e das outras forças anti-salazaristas. Para citar um exemplo, recordamos, que no decorrer da campanha eleitoral para deputados, os candidatos pelo círculo de Aveiro, reclamaram no seu manifesto-programa a diminuição das despesas militares e o investimento destas verbas no fomento económico do País.



Algumas das causas do debilitamento da luta pela Paz

Entre os factores que têm impedido o desenvolvimento da luta pela Paz em Portugal, encontra-se, à frente de todos, o de não termos sabido, ainda, encontrar as formas que melhor se adaptem à condução desta luta nas condições históricas nacionais e nas condições particulares de cada região e em vez disso termos, em grande parte, transplantado para o nosso País as formas utilizadas noutros países onde a situação é totalmente diferente.

Outros factores têm contribuído, igualmente, para debilitar a luta pela Paz, em especial e como foi salientado no *«Militante»* N.º 82 e 87, o sectarismo.

As concepções sectárias que desde a primeira hora corromperam o Movimento da Paz, fizeram-se sentir nos últimos tempos na incapacidade das comissões de Paz, para rompendo com as formas de acção fechadas e sectárias (o que foi feito em certa medida) se lançarem em cheio num trabalho aberto visando ligar o Movimento às massas populares, e a outros sectores pacifistas da população e sobretudo a trazer a um trabalho activo pela paz certas figuras de prestígio pacifistas que se haviam afastado do Movimento da Paz ou que nunca se ligaram a ele por condenarem o seu carácter sectário.

Pode dizer-se que isto não foi feito porque na altura em que se pretendeu empreender esta viragem, era já muito reduzido o número de activistas com que o Movimento da Paz contava e haver desconfiança e mesmo hostilidade em alguns sectores em relação ao Movimento. Há nisto uma certa verdade, porém, nem todos os activistas foram chamados a participar neste trabalho e quanto às pessoas que se procuraram para alargar o Movimento, foram ainda as concepções sectárias que predominaram.

Por outro lado, certas ideias liquidacionistas que se espalharam pelos Movimentos da Paz de vários países, após a Conferência dos chefes de governo em Genebra, de que *«o Movimento da Paz tinha cumprido a sua missão histórica»* que *«os imperialistas já não fariam a guerra»*, etc, e que o desenrolar posterior dos acontecimentos mostraram serem inteiramente falsas, também se fizeram sentir entre os partidários da paz no nosso País. Um chegou a declarar, que a paz era no momento uma questão dos governos e que estes se estavam a entender para o resolver, ideia que como se vê é inteiramente contrária ao espírito que levou à formação dos Movimentos da Paz.

Também nesta altura tomou força a ideia de que não existiam condições para o desenvolvimento da luta pela paz no nosso País, como se a maneira como o nosso povo respondeu às campanhas do Movimento da Paz sempre que para isso foi mobilizado não mostrassem exactamente o contrário. Como, se nessa mesma altura, não fosse patente a adesão aos ideais de Paz de conhecidos escritores e jornalistas, através de artigos, entrevistas e outras declarações.

Estas ideias que atingiram com maior ou menor intensidade muitos partidários da Paz e inclusive alguns membros do Partido roubaram-lhes o entusiasmo e a confiança que a procura de formas abertas e flexíveis de acção, exigia.

Por último, um outro factor contribuiu para agravar todos estes — a subestimação da luta pela Paz nas organizações do Partido. Estas não promoveram ou quase não promoveram, a criação de comissões de Paz entre as massas trabalhadoras, nos últimos anos, e não abriram perspectivas às que existiam pelo que estas se desagrregaram. Por isto, salvo algumas excepções, as comissões do Movimento da Paz eram no essencial grupos de partidários da Paz desligados das massas, sem taízes, sem perspectivas de trabalho entre elas.

Desta forma a parte mais combativa da população do nosso País, a que mais sofre com a política de guerra do governo — a classe operária e os outros trabalhadores — não têm podido contribuir como seria necessário, com o seu dinamismo, a sua rica experiência de organização e de luta para o desenvolvimento da luta pela Paz.

Perspectivas para a intensificação da luta em defesa da Paz

Existem actualmente condições que permitem desenvolver de

uma forma intensa e muito mais aberta a luta em defesa da Paz no nosso País, que ajudam a superar as ideias sectárias e liquidacionistas que como vimos impediram o desenvolvimento do Movimento da Paz entre nós.

A correlação de forças é hoje no mundo inteiramente favorável às forças da Paz que englobam o campo mundial do socialismo com mais de 950 milhões de seres humanos, os países neutralistas e a classe operária e milhões e milhões de pessoas amantes da paz nos países capitalistas.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, baseando-se nesta realidade, rasgou aos povos a perspectiva magnífica de que as guerras podem ser evitadas no nosso tempo e transmitiu assim aos milhões de homens e mulheres que em todo o mundo lutam pela defesa da Paz, um maior entusiasmo, uma maior certeza de que os seus esforços serão coroados de êxito.

A campanha mundial contra as experiências atómicas e pela interdição destas armas alargou-se e intensificou-se ultimamente, em todos os países, não só entre as massas populares mas também entre sectores da população que até há pouco apoiavam a política de posições de força dos países da NATO. O desenvolvimento desta campanha, é o fruto da acção esclarecedora e mobilizadora das forças da Paz, em particular dos Partidos Comunistas que ainda recentemente tornaram público o Manifesto da Paz dos 64 partidos comunistas e operários que é o mais veemente apelo para a luta contra a guerra atómica. É igualmente fruto da política de Paz da União Soviética, dos seus esforços para a convocação duma conferência no mais alto nível que ponha termo a ameaça nuclear e que culminaram com a decisão recente, do Soviète Supremo, de suspender unilateralmente as experiências atómicas.

No nosso País as condições são também propícias ao desenvolvimento da luta pela Paz. A camarilha fascista submete cada vez mais o nosso País à política de expansão económica e militar dos monopólios norte-americanos, aumenta os gastos militares e repressivos que estão orçamentados este ano em 2 milhões e 500 mil contos, acresce a dependência da sua política externa face às exigências dos planos agressivos da NATO e segue em Goa uma política susceptível de conduzir a um conflito armado com a União Indiana. Toda esta situação gera o descontentamento entre o nosso povo, choca-se com os seus anseios de uma vida feliz e pacífica.

A par disto, a consciência dos horrores que resultariam duma guerra atómica, e o perigo que constituem as experiências nucleares tão-se alargado entre nós e assim algumas das mais destacadas figuras da intelectualidade portuguesa, no jornalismo, nas artes e nas letras, têm vindo a público condenar o prosseguimento das experiências nucleares e apelar para a negociação entre os Estados.

As actuais tarefas de Paz

Cabe-nos a nós comunistas a grande tarefa de mobilizar a classe operária, todos os trabalhadores e todos os amantes da Paz do nosso País, ameaçado como os outros pelo perigo nuclear, para a acção que os povos de todo o mundo estão desenvolvendo, neste momento, pela cessação das experiências atómicas e interdição imediata destas armas e por uma conferência dos chefes de governo que ponha termo à tensão internacional.

Mas cabe-nos também saber unir e organizar todos os patriotas portugueses na luta contra a política de guerra da camarilha de Salazar, susceptível de conduzir o nosso País em caso de guerra, à destruição total. Para isso, impõem-se nos como objectivos imediatos:

— Lutar contra a instalação de bases americanas para o lançamento de foguetões ou para o armazenamento de armas atómicas em território português.

— Reclamar a saída das tropas americanas da base das Lajes, nos Açores.

— Reclamar a saída de Portugal da NATO e adopção por parte do governo português de *«uma política de neutralidade face aos blocos militares em presença»* que *«é a única que interessa ao nosso País e está conforme com os sentimentos pacíficos do nosso povo»*, como se diz no Informe Político do Comité Central apresentado ao V Congresso.

Impõe-se-nos, igualmente, prosseguir na luta pelo regresso ao País dos soldados e oficiais que se encontram destacados na Índia e pela solução pacífica do caso de Goa.

Para levar à prática as actuais tarefas de Paz

Para que possamos desempenhar-nos destas tarefas, é necessário, em primeiro lugar, que em todas as organizações do Partido se estudem e discutam o manifesto da Paz; a Declaração de Moscovo dos Partidos Comunistas e Operários e o Documento do Comité Central do nosso Partido de aprovação àqueles 2 documentos. A ideia de que «**A LUTA EM DEFESA DA PAZ E PELA COEXISTÊNCIA PACÍFICA É A TAREFA FUNDAMENTAL DA HORA PRESENTE PARA TODOS OS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS**» deve penetrar no nosso Partido de alto a baixo.

É necessário, que em cada empresa, em cada lugar de traba-

lho onde existam organizações do Partido se façam esforços para criar comissões especificamente dedicadas a um trabalho de Paz. Este trabalho poderá começar por tarefas simples, como por exemplo a realização de reuniões pequenas ou grandes onde se discutam as reivindicações de Paz e se aproveitem moções ou outros documentos dirigidos às autoridades; a elaboração de documentos esclarecedores sobre os perigos que ameaçam actualmente a Paz; a realização de acções de apoio às individualidades ou aos jornais e revistas que vêm tomando publicamente posições a favor da proibição da arma atómica e pela negociação entre os Estados.

Devemos, por outro lado, ter bem presente o enorme papel que está destinado aos intelectuais às mulheres e aos jovens na luta pela Paz.

Existem todas as condições para iniciar uma grande campanha nacional contra as armas nucleares, tudo está em que as organizações do Partido se debrucem atentamente sobre este problema.

A CIÊNCIA, A PAZ E A LIBERDADE

Por JOEL

«**A Ciência para os cientistas, para os sábios e a política para os políticos!**» — proclamam os governantes reacconários. «**A Ciência para os cientistas e a filosofia, a gnoseologia (teoria do conhecimento) para nós**» reclamam os ideólogos da classe capitalista.

E porque esta separação que eles artificialmente ergueram entre a Ciência e a Vida, entre o cientista e o homem, entre o homem e a sociedade em que vive? A explicação é só uma: **esta separação serve o poder das classes governantes que não querem ceder o terreno à classe ascendente — a classe operária** — às novas formas de pensamento, às novas ideias em todos os campos da vida e muito em especial no terreno científico. E aqui somos forçados a tirar logo esta conclusão: aqueles que negam a estreita relação entre a Ciência e a vida da sociedade à sombra de falsos apelos para a «neutralidade» e «apoliticismo» dos cientistas não fazem mais do que querer forçar a ciência a tomar uma posição de partido — o da classe governante.

Mas há mais. Duma maneira subtil e habilidosa pretende-se fazer crer que se aceitam as novas descobertas, as novas teorias científicas. Como? Uns conscientemente outros inconscientemente, alguns mesmo supondo servir a Ciência, vestem com roupagens científicas as velhas teorias reacconárias.

Pergunta-se: Que teorias são essas? Então a Ciência não se limita a descobrir e a aplicar as suas descobertas? Não. **Os que proclamam «a ciência pela ciência», «a técnica pela técnica» ao fazê-lo não estão mais do que a defender uma dessas teorias que tanto mal têm causado à humanidade — a do idealismo científico.** A realidade, a simples verdade é que não há «ciência pura» e que a ciência só tem sentido quando ligada aos interesses da humanidade.

E o que é que nos ensina a história da ciência?

Primeiro, que as ciências têm sido historicamente libertadoras pela sua própria essência e não apenas formulários de receitas técnicas úteis.

Segundo, que as grandes descobertas científicas do passado só foram possíveis porque os cientistas se basearam nas permissas do **materialismo**, se colocaram na posição comum a toda a humanidade (posição que Lenine classificava de realismo ingénuo) segundo a qual as nossas sensações são imagens do mundo que nos rodeia, do mundo exterior e não das permissas do **idealismo** que defende que o mundo exterior, os objectos que nos rodeiam são produto do nosso espírito, das nossas sensações.

Terceiro, que as ciências (matemáticas, físicas, químicas, geográficas, etc.) surgiram das necessidades dos homens da necessidade de medir terras, de calcular o tempo, de utilizar determinado produto, etc.. Mas, como sucede em todos os campos do

pensamento humano, ao chegarem a uma determinada fase de desenvolvimento «**as leis abstraidas do mundo real vêm-se separadas desse mundo real do qual nasceram e surgem como se, fossem leis vindas de fora e às quais o mundo se deveria ajustar**». E justamente porque foram **extralidas desse mundo, é que essas ciências chamadas «puras» se podem aplicar ao estudo dos fenómenos desse mundo.**

Sendo assim pode, naturalmente perguntar-se: Mas como é possível que os cientistas, conhecendo estas verdades elementares caiam conscientemente ou inconscientemente em posições mais ou menos idealistas? É que não basta ser-se honestamente materialista. **As «crises» que a ciência tem atravessado foram possíveis porque os sábios se afastaram ou ignoraram a dialéctica.** Do mesmo modo, o progresso ulterior da ciência só é possível na medida em que os sábios assimilam constantemente o método dialéctico marxista.

† Não se trata de nós, comunistas, querermos impor tal ideia. **Trata-se sim de que ela é absolutamente necessária para o progresso futuro da ciência.**

É verdade que se pode argumentar: Mas, sem a aplicação de tal método o progresso da ciência tem sido possível. Sim. Quando se tratava de analisar aspectos, comportamento e leis do mundo material que nos rodeia bastavam as permissas do materialismo metafísico, que assentava na **imutabilidade** das propriedades da matéria; mas, quando com o desenvolvimento da ciência se verificou que tais propriedades não eram imutáveis, quando a partir de fins do século XIX, com o início da física atómica se descobre a estrutura interior, descontinua da matéria, quando o movimento dos corpos se torna na natureza no movimento do que não é corpo de massa constante, do que é carga desconhecida, de uma electricidade desconhecida, de um éter desconhecido, quando se descobre a transformação de um electrão e de um positão em fótons, então, quando parecem subvertidas todas as velhas bases da física, a dialéctica é não só necessária como indispensável. Além disso o que tem surgido neste campo não é mais do que uma confirmação da dialéctica da natureza.

Sem ela (a dialéctica) os físicos negam a matéria, afirmam que a matéria desaparece quando afinal ela apenas se transforma, caem da relatividade no relativismo e estão abertas as portas para o **idealismo**, para a física teológica (variedade do idealismo mais reacconário) e, dumã maneira geral, para o fideísmo, que coloca a fé acima da razão.

É assim que nós assistimos às tentativas de Lemaître e do astrónomo Inglês Eddington para proclamarem que o universo é finito, baseados na alteração da lei da relatividade de Einstein; assistimos às tentativas de Compton e Stremberg para utilizar a



mecânica quântica para demonstrar a mutabilidade da alma (!) e a existência de Deus (!) às tentativas de Zeller, Crooks e Riemann para justificar as suas locuções escrististas pela alteração da geometria não euclidiana a 4 dimensões... Assim quiviches até falar do «livre arbitrio» do electrão, etc., etc.

Os cientistas, homens da sua época

Os pontos de vista filosóficos dos trabalhadores de ciência sobre a concepção do mundo, do homem e do seu papel, têm pois, como acabamos de ver, uma importância decisiva para o progresso da ciência. A indiferença que ainda possa existir da parte de alguns cientistas em relação à filosofia é apenas aparente, já que não é possível um trabalho científico sem um fundo filosófico (consciente ou não). Mais, as permissas filosóficas de que o cientista parte, quer ele queira quer não, no seu trabalho pesam bastante nas conclusões e direcção desta no futuro: tais permissas podem servir de travão ou de estímulo para o desenvolvimento da ciência.

Vejam os caso da energia atómica: Partido de permissas idealistas, ou melhor, **pragmatistas**, a ciência americana, para quem a técnica, a prática são tudo, concluiu que tudo depende de Deus para fins práticos. Esta concepção filosófica não é mais do que um reflexo de toda a cultura americana utilitarista e estreitamente empirista, que começa nos bancos das escolas, onde se luta contra a cultura geral que é considerada uma espécie de degenerescência, de vício que é preciso combater e onde se estimula a especialização ao mais alto grau.

Têm estas posições, esta orientação, conduzido a descobertas científicas, ao desenvolvimento da ciência? Olhamos os próprios americanos: em 27-10-1952 a Fundação Nacional das Ciências Americanas explicava (à Comissão de emigração e naturalização) «... nós temos beneficiado, mais do que qualquer outra potência, das descobertas científicas feitas algures. O desenvolvimento de vários ramos dos mais vitais do nosso material militar provém de investigações fundamentais não secretas e acessíveis a todos feitas no estrangeiro. O radar, a bomba atómica, os aviões de reacção e a penicilina (sic) foram aperfeiçoados nos Estados Unidos, na base de descobertas e investigações realizadas em países estrangeiros, às quais nós tivemos acesso fácil». («Physics To day», Janeiro 1953). E no «Bulletin of Atomic Scientists» os americanos confessam igualmente que os seus progressos, deppis da guerra, no campo da ciência são fundamentalmente devido às descobertas de sábios estrangeiros emigrados como Fermi, Teller e Szillard (Hungria).

Quer isto dizer que, na América do Norte não haja sábios e homens de talento? Não, nada disso.

O que sucede é que, virada exclusivamente para fins utilitários, a ciência, na América, continua agarrada à concepção evolucionista vulgar ou metafísica dos fenómenos. Tal concepção leva a procurar a causa dos fenómenos apenas fora destes e a considerar as coisas e os fenómenos como isolados e desligados uns dos outros.

Por isto, ela está cada vez em menos condições de competir no terreno da investigação com a ciência soviética, por exemplo, ou qualquer outra que no estudo do desenvolvimento das coisas e dos fenómenos procure a causa destes, em primeiro lugar no seu conteúdo interno (dentro das próprias coisas) e depois, na sua ligação com as coisas ou fenómenos que os rodeiam.

Trata-se afinal, de duas concepções do mundo: a metafísica e a dialéctica.

A aplicação de qualquer destes métodos à investigação científica tem provado sóbejamente as vantagens do segundo sobre o primeiro.

Na base da metafísica e do praticismo estreito a investigação científica não se desenvolve de uma maneira contínua e são as aplicações práticas da ciência — a técnica — as que mais relêvo tomam.

Os fracassos ultimamente verificados em vários sectores da técnica americana (nomeadamente no que se refere aos satélites

e teleguados) provam que mesmo no aspecto exclusivamente técnico e para a solução dos seus problemas o método dialéctico é superior ao metafísico, e que a concepção materialista é superior à concepção idealista.

A «conspiração do silêncio» que se faz à volta dos trabalhos e estudos marxistas, à volta das descobertas de cientistas marxistas como Curie, Lavegin, Vavilov, Lepeshinska e outros, nos manuais de ensino, livros, revistas e jornais é mais uma forma que a reacção usa para levar a cabo a sua campanha ideológica, que visa afastar os cientistas dos caminhos luminosos que a utilização do método materialista dialéctico abre à ciência. Porque? Porque a reacção sabe que o **materialismo dialéctico é a concepção filosófica do Partido marxista-leninista, do partido da classe operária, classe ascendente da sociedade de hoje.**

Não há evidentemente duas ciências. A ciência é uma. Suas leis tão válidas são na sociedade capitalista como na sociedade socialista. Mas há sim uma tomada de posição dos trabalhadores da ciência e dessa tomada de posição depende que a ciência avance ou retroceda, que ela sirva ou aniquile o homem. Vimos já como o caminho seguido pelos sucessores de Einstein, caminho idealista e especulativo levou à esterilidade das últimas etapas da teoria da Relatividade. Podemos aqui acrescentar que foi a escolha do verdadeiro caminho do método dialéctico que levou os sábios progressistas a concluírem sobre a natureza do campo electro-magnético como uma forma da matéria e sobre a natureza simultaneamente corpuscular e ondulatória desta, conclusões que nada têm de estereis.

Pode parecer à primeira vista que estas questões meramente teóricas pouca ou nenhuma importância têm para a vida do homem da rua. Mas se acrescentarmos que os cientistas vindos do campo idealista são levados a tomar posições do campo da guerra e que os segundos se colocam e defendem a Paz e a liberdade melhor compreendemos que essa importância é enorme e decisiva não só para o futuro da ciência como para o da humanidade.

O salazarismo inimigo da ciência

Como a ditadura mais reacçãoária da burguesia o fascismo apoiou-se, no campo científico como é natural na ideologia mais reacçãoária que na física é o fidelismo, o **clericalismo físico**, que coloca a fé acima da ciência e da razão. Ela não repudia em absoluto a ciência; «sómente» lhe nega as «pretensões excessivas» de atingir a posse da verdade objectiva.

Porém o arsenal salazarista tem outros recursos, quando este lhe falha. Ele recorre então aos já referidos apelos à «neutralidade» e «indiferença» dirigidos aos trabalhadores da ciência, o que não é mais, como já vimos, do que uma forma camuflada de os levar a servir a sua ideologia. E como exemplo vivo aponta-lhes «a desenvolvida ciência americana» erguida em tais bases. Mas hoje já são os próprios cientistas americanos que vêm publicamente dizer a todo o mundo onde pode conduzir o desenvolvimento da ciência americana em tais bases — **à destruição pura e simples da humanidade.**

Entretanto e a despeito de tudo isto, ainda há entre nós alguns trabalhadores da ciência, que desejosos do progresso desta e atraídos pelas facilidades económicas (bons laboratórios, bolsas de estudo, etc.) vêm na América um campo propício aos trabalhos científicos. Será isto de estranhar num país onde a investigação científica praticamente não existe, onde as dotações do orçamento salazarista para tais fins são mais que miseráveis porque nem sequer existem? Será isto de estranhar num país onde o governo difunde e estimula por todas as formas o mais descarado cosmopolitismo que leva pouco a pouco à perda da noção do que seja um valor nacional?

Acresce ainda que o governo de Salazar persegue, prende, detém e por vezes até exila os trabalhadores da ciência mais honrados e esclarecidos, o que tem levado à perda dos maiores valores das ciências nacionais. Basta referir que dos laureados com o prémio Ricardo Malheiros — instituído há 20 anos pela Academia das Ciências para premiar o melhor trabalho de investigação científica — um é professor numa Universidade argentina;

outro numa Universidade dos Estados Unidos, outro vive há anos em Lourenço Marques, impossibilitado de reger a sua cátedra na Universidade de Coimbra, dois outros foram obrigados a exilar-se em França para poderem continuar os seus trabalhos de investigação científica, outro é hoje comerciante e outro (o Dr. Rui Luís Gomes) que tem sido preso, e julgado pelo grande crime de desejar para o seu País um futuro de liberdade e da Paz. Quantos dos laureados trabalham hoje nas nossas Universidades? Cientistas com tanto valor como o físico atómico MANUEL VALADARES, como os matemáticos ANICETO MONTEIRO e ALFREDO PEREIRA GOMES e outros tiveram que recorrer ao estrangeiro, para encontrar emprego de acordo com as suas capacidades.

E são tais governantes que reclamam: «A Ciência para os cientistas e a política para os políticos.» Para quê? Para levar a cabo a sua infame campanha contra o que melhor possui a ciência do nosso País!

É característico duma classe decadente — como é hoje o ca-

so da burguesia — que se serviu para conquistar o poder das teorias mais avançadas da época — quando entra na sua fase decadente atirar com tais teorias pela borda fora. E é isto que faz com que um cada vez maior número de cientistas abandone as posições anti-humanas e anti-nacionais defendidas pelo governo e seus ideólogos e se coloque nas firmes e sólidas posições do povo.

Saudamo-los como o que de melhor possui a nossa intelectualidade. O povo, e a Nação esperam e com razão muito de sua actividade criadora que tem vivido agrihoada sob o regime de Salazar. Eles são sem dúvida os colaboradores dignos da vanguarda da classe ascendente da sociedade de hoje na construção de um Portugal livre, democrático e independente. Razões profundas levam o nosso Partido a esperar que cresça e engrosse o número dos cientistas e intelectuais no campo da Paz e da Liberdade, o único que assegura o livre florescimento da Ciência e de toda a Cultura.

A PROPÓSITO DE UMA RECTIFICAÇÃO

Por AMILCAR

No número 250 do «Avante!» foi feita uma rectificação à seguinte local publicada no número 248:

«Os empregados de escritório dos núcleos sindicais dos Armazéns de Merceriais avisaram-se recentemente com os dirigentes do Grémio a quem mais uma vez expuseram o seu pedido de aumento de ordenado. Mais uma vez os dirigentes do Grémio se desculparam, invocando a seu favor os baixos preços dos artigos de merceria e a baixa margem de lucro.

Foram dirigidas duas exposições, uma ao ministro da Economia e outra ao ministro do Interior, pedindo que se consinta no aumento dos preços dos artigos de merceria para assim os comerciantes poderem fazer face às despesas com o pessoal e outras.» (Os sublinhados são nossos).

Nada mais do que isto: considerar-se que os preços são baixos e pedir-se o seu aumento, quando justamente as donas de casa não sabem que mais voltas hão-de dar à imaginação para resolverem os intrincados problemas que a carestia da vida lhes coloca todos os dias.

Vê-se assim que os empregados, ganhando ordenados de fome e necessitando urgentemente de os verem aumentados, se deixaram arrastar facilmente para um caminho contrário aos interesses da maioria esmagadora da população, incluindo a maioria dos comerciantes, colaborando com os dirigentes do Grémio num pedido de aumentados preços dos géneros de merceria.

Serão acaso os preços dos géneros que precisam de ser aumentados, ou apenas os salários e ordenados? A resposta só pode ser uma: são os salários e ordenados que precisam de ser aumentados de forma a serem colocados ao nível atingido pelo custo de vida. E depois? Depois, sempre que aumentem os preços, isto é, sempre que aumente o custo de vida, os salários e os ordenados deverão aumentar também na mesma proporção. Esta é a solução que se impõe, mas que só pode ser alcançada através da luta diária dos trabalhadores em todos os locais de trabalho e nos sindicatos.

Segundo o caminho que alguns empregados seguiram, sem disso se aperceberem, seria aceitar a teoria do «circulo infernal» propagada pela camarilha salazarista e o grande patronato para justificarem o congelamento dos salários e ordenados. A dar resultado, tal caminho deixaria as coisas justamente como antes no que respeita aos trabalhadores, senão piores, e facilitaria, ao mesmo tempo, o aumento dos lucros aos grandes comerciantes e industriais anichados nos Grémios, Juntas, Comissões Coordenadoras, etc.

Se para se poderem aumentar os salários e ordenados se tivesse de aumentar ao mesmo tempo os preços dos artigos de amplo

consumo, não restariam dúvidas a ninguém que um tal aumento de salários seria imediatamente anulado pelo aumento dos preços.

Torna-se assim evidente que o passo dado por alguns empregados foi um passo dado em falso, cabendo agora às organizações do Partido respectivas a obrigação de discutir e analisar o problema e de tomarem todas as medidas necessárias e aconselháveis para ajudarem os empregados a vencer as dificuldades que a luta por aumento de ordenados comporta, rectificando assim na prática as deficiências do seu trabalho.

Entretanto, poderá perguntar-se: se, como o Partido afirma, os pequenos e médios comerciantes e industriais lutam com enormes dificuldades para satisfazer os seus compromissos e encargos cada vez mais pesados, como podem eles aumentar os salários e ordenados dos seus operários e empregados sem aumentarem os preços? Como podem pagar-se aos camponeses preços compensadores pelos seus produtos sem que os preços aumentem?

Sim, os salários e ordenados podem e devem ser aumentados imediatamente sem que paralelamente aumentem os artigos de amplo consumo. Para isso, bastaria que os lucros verdadeiramente escandalosos auferidos todos os anos pelos monopólios, pelas grandes empresas, companhias e bancos fossem reduzidos a proporções razoáveis e, ao mesmo tempo, lhes fossem aumentados os impostos e severamente fiscalizadas as suas actividades de forma a não poderem fugir ao fisco e prejudicar ainda mais a economia nacional. Isto permitiria já aplicar a palavra da ordem: **Que pague quem pode pagar!**

Pela diminuição dos pesados encargos que pesam sobre si, os industriais e comerciantes poderão pagar salários e ordenados mais elevados aos seus operários e empregados. Pela abolição de toda uma série de taxas, descontos e cotas criadas pela organização corporativa, pela diminuição dos impostos, pela abolição de toda uma série de penalidades injustas, acabando-se com os grandes intermediários e dando-se plena liberdade de comerciar, etc., os industriais e os comerciantes verão diminuídos os seus encargos e aumentados assim os resultados financeiros das suas actividades.

Claro está, que os trabalhadores não podem nem devem esperar que estas questões se resolvam e que os patrões por sua livre vontade lhes aumentem os salários e ordenados. De modo algum. A luta imediata, unida e organizada é uma necessidade permanente para se obterem melhores condições de vida, sejam quais forem as condições económicas destes ou daqueles patrões. Isso servirá até para eles também irem para a frente — para a luta pelas suas reivindicações específicas.

Sim, podem ser pagos preços mais compensadores aos camponeses pelos produtos da terra sem qualquer necessidade dos



consumidores terem de os pagar mais caros do que actualmente. Para isso, bastaria que se acabasse com a desproporção gritante existente entre os preços dos artigos industriais e os produtos agrícolas, que visa, como é sabido, facilitar grandes lucros aos monopólios e grandes empresas industriais, em prejuízo da agricultura; que, como seria justo, o Estado desencadeasse um verdadeiro combate de exterminio às pragas nos campos e fosse mais rápido no combate às doenças que dizimam os animais domésticos, sem qualquer despesa para os camponeses; que o Estado facilitasse transportes suficientes, rápidos e baratos e a venda directa dos seus produtos aos comerciantes e aos consumidores; que se deixasse de proteger os grandes intermediários que impõem preços, ou, como sucede a miúdo, pagam simplesmente o que querem aos camponeses, ou não pagam mesmo nada, com o pretexto de que tudo foi para despesas de transportes e taxas; que se pusesse fim a todas as leis que proíbem a livre circulação de produtos no território português, etc..

Tudo isto, claro está, só se alcançará por meio da luta. E, é naturalmente aos industriais, comerciantes e camponeses proprietários que cabe, em primeiro lugar lutar pela satisfação de tais reivindicações. A eles cabe organizar a luta e forjarem a sua unidade através dela.

A classe operária, todos os trabalhadores, apoiá-los-ão nessa justa luta. Os comunistas ajudá-los-ão a organizar e a orientar

essa luta.

Mas isto, como se vê, é uma coisa e outra coisa bem diferente, repetimos, é a necessidade premente que todos os trabalhadores têm de os seus salários e ordenados serem aumentados e de, para isso, organizarem a luta em todos os locais de trabalho. Verificando-se um aumento geral de salários e ordenados, sem que paralelamente se verifiquem novos aumentos dos preços dos artigos de amplo consumo, o comércio a indústria e a agricultura beneficiavam também, porque aumentariam as vendas.

As dificuldades económicas dos trabalhadores só podem ser vencidas pela luta diária e organizada dos mesmos trabalhadores. A carestia da vida é a causa principal dessas dificuldades. Lutar, pois, por todos os meios contra novos aumentos de preços é uma tarefa que se coloca a todos os trabalhadores manuais e intelectuais.

As dificuldades dos industriais, comerciantes e camponeses proprietários, devem também ser vencidas por eles próprios, por meio da luta unida e organizada nos seus próprios organismos de classe.

Uns e outros podem e devem apoiar-se mutuamente na luta pela satisfação de certas reivindicações. Uns e outros podem e devem unir-se para combaterem juntos os monopólios e o seu governo — o governo fascista de Salazar — responsáveis pela miséria das massas trabalhadoras e pelas dificuldades dos industriais, comerciantes e camponeses proprietários.

MENSAGEM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA POR MOTIVO DO 40.º ANIVERSÁRIO DA GRANDE REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

(Publicado no Pravda de 10 de Novembro de 1957)

QUERIDOS CAMARADAS:

Ao comemorar-se o 40.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português, interpretando o sentir dos comunistas, da classe operária e do povo de Portugal, saúda calorosamente o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e através dele todo o Partido e o glorioso povo soviético.

A comemoração do 40.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro tem para os comunistas, para os trabalhadores e o povo de Portugal um significado muito particular. Vivendo e lutando há 31 anos sob o domínio do regime fascista, de miséria, opressão e terror, as ideias do Socialismo, fundindo-se com os anseios de libertação, ganham cada vez mais o coração dos trabalhadores e de todos os homens e mulheres progressivos de Portugal. O fascismo significa para o povo português o obscurantismo e a escravidão enquanto o Socialismo significa a sua libertação e o caminho do progresso e do bem estar.

A edificação do Socialismo na URSS e os enormes êxitos do Partido Comunista e do povo soviético na construção do Comunismo, enchem de alegria os comunistas, os trabalhadores e todas as pessoas simples de Portugal.

Os êxitos mais recentes da ciência e da técnica soviéticas que constituem um justo motivo de orgulho para os cientistas, para o Partido Comunista da União Soviética e para todo o Povo Soviético, são também um grande motivo de orgulho e de confiança para os comunistas e as massas trabalhadoras de todos os países, para toda a humanidade avançada e progressista. Estes grandes êxitos da ciência e da técnica soviéticas desferiram um golpe demolidor nas tentativas dos imperialistas para ocultar aos povos a superioridade do regime socialista sobre o capitalista. Mesmo as pessoas mais simples, qualquer que seja o ponto da terra onde se encontrem, podem constatar hoje com os seus próprios olhos a superioridade do sistema socialista que produz uma ciência avançada ao serviço da Paz, do Progresso e do bem estar da Humanidade. Esta é quanto a nós, comunistas portugueses, o significado mais notável das comemorações do 40.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro!

Viva o grande Povo Soviético!

Viva o Partido Comunista da União Soviética!

O Comité Central do Partido Comunista Português

AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS

(publicado em L'Humanité de 18-2-58)

Uma viva emoção se apoderou de nós quando tomámos conhecimento da triste notícia da morte do camaradé Marcel Cachin. Marcel Cachin era para nós, comunistas portugueses, assim como para os comunistas do mundo inteiro, uma figura extraordinária do movimento operário francês, o exemplo do dirigente comunista, modesto, firme e clarividente; tendo votado toda a sua vida à luta por um futuro radioso em proveito da humanidade laboriosa.

Nestes dias de luto para o Partido Comunista Francês, para os trabalhadores da França e do mundo inteiro, o Comité Central do Partido Comunista Português, todos os seus militantes, assim como a classe operária de Portugal, exprimem-vos as suas condolências e asseguram-vos a sua solidariedade fraternal.

Inclinamo-nos diante da memória de Marcel Cachin que permanecerá para sempre um exemplo glorioso de fidelidade à mais nobre causa dos nossos dias: a causa do socialismo e da paz.

FALA UM MOTORISTA SOBRE AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NO SEU SINDICATO

Por JUVENAL

O Sindicato Nacional dos Motoristas existe há cerca de 20 anos, mas uma parte dos sócios nem sabia votar, pelo que ia com as listas abertas.

Houve motoristas, que na época actual em que só existe nos algezes patronais o sentimento da exploração do homem pelo homem, se mantiveram alheios à ganância capitalista pelo produto do nosso trabalho. É lamentável, dizer-se, mas a verdade é que o nosso alheamento é tal que temos camaradas de trabalho que ainda se deixaram embalar a ponto tal que ao acreditarem nas mais falsas promessas que o patronato tão habilmente lhes soube apresentar se deixaram colocar ao serviço daqueles que o nosso sangue sugam, tornando-se assim prejudiciais, sem darem por isso, aos companheiros e à causa comum dos trabalhadores que ombro a ombro exercem a mesma profissão, sem verem que desta luta lhes poderia resultar uma melhoria de ordenado ou outra reivindicação para seu benefício próprio e da sua mulher e filhos, talvez por não sabermos ainda que sem luta nada se adquire como nos tem mostrado a nossa experiência do passado.

Na minha grande classe que é a classe dos profissionais por tugueses do volante, onde sem razão de ser se tem verificado falta de espírito de camaradagem, de noção da razão e da luta, o que tem dado origem de se terem praticado erros que só tard se conhece o prejuízo causado. Pois, todos nós sabemos ler e escrever e como tal assistemos o completo dever de governos o que queremos, para onde devemos ir e para onde nos pretendem levar. Mas não nos devemos sentir diminuídos, sempre que qualquer questão nos suscite dúvidas, em nos dirigirmos a outro camarada de trabalho que já nos tenha dado provas de ser sincero e honrado e pedir-lhe um conselho sobre como devemos proceder e procurar conhecer a voz da verdade, evitando assim de cair na imprudência de se deixar aporrear pelos patrões e por opiniões de certos colegas seus locais chamados graxas, que não sentem escrúpulos de nos pretender arrastar para o campo daqueles que escandalosamente nos exploram.

Nesta época infeliz, em que nós trabalhamos e passamos fome juntamente com a nossa mulher e filhos ainda lava este marasma no seio dos que trabalham, julgo bastante para provar o que digo o ponto até onde os motoristas profissionais pertencentes ao Sindicato do Distrito de Lisboa se deixaram falsear perante as eleições. Nestas eleições foi apresentada uma lista de colegas honrados para direcção, composta por camaradas de várias empresas e da praça de taxis de Lisboa, cuja candidatura foi apresentada pela classe com o fim de defender os direitos de todos os motoristas profissionais.

A camarilha sindical sempre atenta à defesa dos interesses dos patrões e não dos trabalhadores, ao tomar conhecimento da lista da classe lançou mãos de todas as artimanhas, facilitadas pelo ministro das promessas (ministro das Corporações) para assim espalhar a confusão que melhor lhes convinha e daí tirarem o seu melhor proveito. Fez reuniões com os patrões, publicou circulares dirigidas à classe enganando-a, fez com que os patrões obrigassem muitos motoristas a votarem nela. Uma boa parte da

classe que a tudo isso deu ouvidos e sem darem porque estavam a ser ludibriados tudo acreditaram como se fosse verdade, desprezando o facto que tinham à sua frente a iluminação e o caminho que devíamos trilhar, a procurar salvá-los do abismo onde se encontram mergulhados há 20 anos.

Outros, como o patrão que servem lhes impusesse irem votar pela direcção que estava e como talvez desconhecessem o que era um acto eleitoral, com receio de represálias assim fizeram. E só agora é que em número bastante elevado se têm mostrado arrependidos do erro cometido perante os seus camaradas que se interessam pela luta pelos direitos que todos têm e que por não termos sabido aproveitar, mais uma vez nos foram roubados.

No entanto, talvez tenha sido muito importante aquilo que se fez, embora não tivéssemos conseguido o nosso principal objectivo: a eleição da lista da classe. Fizeram-se várias assembleias no sindicato e alguns motoristas falaram. Muitos se destacaram e mostraram a sua capacidade de organizar e de unir, como se uniram motoristas de 7 empresas. Em todas as assembleias pareceram colegas com grande interesse pelo trabalho sindical, bastante conhecedores das injustiças dos dirigentes actuais do sindicato, e dos problemas da nossa classe, e manifestando verdadeira disposição de luta no sentido de modificar a situação criada pelo Acordo Colectivo de Trabalho. Isto quer dizer que temos uma base para continuar a nossa luta pelos interesses da nossa classe, a qual não devemos afrouxar, mas pelo contrário, devemos activá-la junto do sindicato pelas nossas várias reivindicações.

Quanto à eleição duma direcção da confiança da classe também devemos ter confiança e não temos razão para desanimar. Temos de reconhecer que em todo o caso estamos em melhores condições de lutar hoje do que estávamos antes de se criar o movimento à volta das eleições, Roma e Pavia não se fizeram num dia. Fixemos a experiência ganha agora. Mantenhamos o contacto com todos os colegas que encontrámos dispostos a lutar, discutamos sobre os problemas da nossa classe e organizemos acções pela melhoria da nossa situação. Armemo-nos com a experiência passada e com a experiência de todas as lutas e seremos capazes de alcançar vitórias.

De futuro os elementos da lista da classe precisam também de fazer todos os esforços para alargar mais o seu esclarecimento junto da massa dos motoristas para desfazer as mentiras e a propaganda enganadora dos locais dos patrões e encorajar todos os nossos companheiros para que não temam os patrões com as suas ameaças nem se deixem enganar com as falsas promessas deles.

Tempo tem passado e muito se tem falado sobre como decorreram as eleições e são já muitos os motoristas, mesmo de taxis que consideram ter errado ao apoiar a lista do sindicato. Muitos foram também os que apesar de terem recebido as circulares da direcção a mandar votar nela se abstiveram de votar, o que mostra que se tivesse havido esclarecimento a tempo todas estas teriam votado na lista da classe.

AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHECOSLOVÁQUIA

QUERIDOS CAMARADAS:

A delegação do Comité Central do Partido Comunista Português às comemorações do 40.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro certa de interpretar o sentimento do Comité Central e de todos os comunistas portugueses envia-vos as mais sentidas condolências pelo falecimento do Presidente da República Checoslováquia e membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia camarada Antoni Zapotocki. A morte do camarada Antoni Zapotocki representa sem dúvida uma grande perda para o proletariado e o povo da Checoslováquia a quem ele devotou o melhor da sua vida, e também para todo o movimento operário internacional. Nós comunistas portugueses que tantas provas temos recebido de solidariedade e da ajuda fraternal do Partido Comunista da Checoslováquia, sentimos-lo de uma maneira particular.

Aceitai, pois, queridos camaradas, a expressão do nosso profundo pesar.



105 MILHÕES

DE SINDICALIZADOS EM LEIPZIG

(Artigo de Jan Dessau traduzido da revista francesa «*Démocratie Nouvelle*» de Dezembro de 1957).

O IV Congresso Sindical Mundial, realizado em Leipzig de 4 a 15 de Outubro passado, foi sem dúvida nenhuma a assembleia mais larga e mais representativa que o movimento sindical conheceu até aqui.

De cerca de 160 milhões de trabalhadores sindicalizados em todo o mundo, 105 milhões estiveram ali representados. Trata-se, em primeiro lugar, dos 95 milhões de membros das organizações filiadas na F.S.M. — os sindicatos dos países socialistas, as forças centrais nacionais de França, Itália, Índia, Indonésia, as organizações membros da F.S.M. do Japão, Ceilão, África do Sul, Sudão, Camarões, Líbano, Síria, Holanda, Luxemburgo, Chipre, Uruguai, México, Costa Rica, Chile, etc. Trata-se, em seguida, das grandes organizações sindicais autónomas, cuja maioria esteve representada no Congresso por observadores: Japão, Ceilão, Tailândia, Iugoslávia, Líbano, Egipto, Síria, África negra sob o domínio francês, países da América Latina (em particular a Confederação Unitária dos Trabalhadores do Chile, mas também organizações do México, Argentina, da Bolívia, do Uruguai, etc....). Enfim, delegados e observadores de numerosas organizações locais ou de empresas, delegados de fábrica, representantes oficiais de federações de indústria de países cuja central nacional é filiada na Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, Alemanha Federal (uma forte delegação com mais de 140 membros), Austrália, Brasil, Nova Zelândia, Escandinávia, etc.... Ao todo 60 países, aos quais é preciso juntar os convidados das organizações internacionais inter-governamentais — O.N.U., O.I.T., U.N.E.S.C.O., — e não governamentais, assim como o representante da Federação Internacional dos Sindicatos Árabes.

Nenhum congresso sindical internacional tinha até aqui apresentado uma tão larga diversidade de tendências políticas e sindicais; nenhum congresso tinha, em particular, reunido até então uma tão forte representação dos países coloniais, dos países em luta pela sua independência, dos países que acabam de conquistar a sua independência.

Uma larga representação

Quais as razões do sucesso da largueza representativa do IV Congresso Sindical Mundial?

Em primeiro lugar, a evolução das condições de vida das massas trabalhadoras. Como o constatou a resolução geral adoptada por unanimidade pelo Congresso, o poder de compra dos salários baixou, em geral, nos países capitalistas no decurso dos últimos anos. Os aumentos de salários obtidos graças às potentes lutas reivindicativas de 1954 e 1955 — aumentos que, no entanto, apenas compensavam parcialmente baixas anteriores — foram anulados pelo impulso inflacionista dos dois últimos anos. Quanto às condições de trabalho, o patronato tem desenvolvido esforços para racionalizar a produção e acelerar as cadências. O problema da habitação agravou-se. Nenhuma melhoria se fez sentir no que respeita ao desemprego massivo nos países subdesenvolvidos, e novas inquietações foram provocadas pelas consequências da automatização sobre o nível de emprego nos países ocidentais. Isto explica o grande desenvolvimento dos movimentos reivindicativos no decurso do último período. Problemas análogos se colocaram, no decurso destas lutas, às organizações sindicais de tendências e filiação diversas e o impulso para a unidade de acção e a unidade sindical tornou-se mais forte.

Os sucessos consideráveis das lutas pela independência nacio-

nal contribuíram igualmente para a largueza do IV Congresso. Os sindicatos participaram com efeito activamente nestes movimentos; eles encontraram novas forças, melhoraram a sua organização e a sua capacidade de acção. Foi nos países dependentes e nos que acabam de conquistar a sua independência, que o movimento sindical conheceu nestes últimos anos o desenvolvimento mais notável. Colocadas diante de problemas novos e agindo em condições difíceis, as jovens organizações sindicais destes países procuraram naturalmente a ajuda e a solidariedade dos trabalhadores e dos sindicatos dos outros países, e estão dispostos a associar-se mais estreitamente ao movimento sindical internacional.

Um terceiro factor de sucesso é a unidade de vistas crescente no movimento sindical sobre a questão do desarmamento. Apesar da diversidade de posições acerca das causas da tensão internacional e sobre a organização da Paz, a quase totalidade das organizações sindicais do mundo tomaram agora posição pelo desarmamento e pela interdição das armas atómicas e termo-nucleares. As suas posições aproximaram-se muito, em relação às do período em que se realizou o III Congresso Sindical Mundial.

Davemos citar igualmente o desenvolvimento do movimento sindical, o reforçamento das suas organizações, o aumento do número dos trabalhadores sindicalizados no mundo, e, sobretudo, o desenvolvimento considerável dos contactos e troca de pontos de vista sindicais internacionais. O próprio Congresso sublinhou várias vezes: nunca como durante o período de 1953-1967 que se para o III Congresso Sindical Mundial do IV Congresso, os contactos, as discussões fraternais, a troca de delegações, a assinatura de acordos entre sindicatos de países diversos e de filiação internacional diferentes atingiram uma tal amplitude. Enfim, as actividades da F.S.M. contribuíram evidentemente de maneira decisiva para a largueza representativa do Congresso. A linha de acção unitária resolutamente seguida pela F.S.M., as suas intervenções repetidas junto das outras organizações sindicais internacionais propõe-lhe encontros e discussões sobre questões de interesse para o conjunto dos trabalhadores (desarmamento, direitos sindicais, jornada do trabalho, Argélia, etc...) desempenharam o seu papel para provocar esta larga reunião de forças sindicais. Igualmente o apoio, sem reservas dado pela F.S.M. às lutas pela independência nacional. O Congresso estava aberto a todas as organizações sindicais e foi preparado na base de algumas palavras de ordem simples em volta das quais se podem entender todos os sindicatos sem distinção. O informe geral apresentado pelo secretário geral da F.S.M., Louis Sillaint, retomou, aliás, estas palavras de ordem, baseadas nas principais reivindicações económicas e sociais, na independência e no desarmamento, e fez uma análise muito profunda dos resultados já obtidos para a unidade de acção sobre aquelas bases.

Estes diversos factores, que explicam o sucesso da convocação do Congresso, explicam também o facto de ele ter feito avançar o conjunto do movimento sindical, que tinha dado uma importante contribuição à acção pelo melhoramento, de nível de vida das massas trabalhadoras, pela independência, o desarmamento, o progresso das relações internacionais.

Um programa mínimo de acção

Em primeiro lugar, o Congresso antecipou a acção pelas reivindicações económicas e sociais dos trabalhadores.

A discussão a este respeito foi larga e positiva. Foram apontados factos de uma grande riqueza sobre o nível da vida real dos trabalhadores; um grande número de delegados confirmou, com dados concretos, o agravamento muito nítido das condições de vida dos trabalhadores e das suas condições de trabalho, e expuseram interessantes experiências adquiridas no decurso das lutas reivindicativas.

O Congresso conseguiu definir as principais reivindicações que constituem, na grande maioria dos países e para a grande maioria dos trabalhadores, bases de reunião e de acção unida: os salários, horário de trabalho, as consequências da automatização, a situação dos trabalhadores, as férias pagas, a habitação, os acidentes de trabalho.

O Congresso esclareceu um certo número de problemas ligados à luta reivindicativa. Quanto à duração da jornada de trabalho, foi reafirmado numa resolução especial a solidariedade internacional baseada no facto de que quase todas as grandes organizações sindicais dos países ocidentais estão actualmente empenhadas nas condições próprias a cada país, numa acção geral pela redução dos horários, enquanto que as organizações sindicais da maioria dos países socialistas trabalham para a aplicação e extensão das decisões tomadas para a redução efectiva da duração do trabalho. O Congresso destacou o essencial dos resultados já obtidos nos países capitalistas, sublinhando que esses resultados se referem à duração legal do trabalho sem afectar sensivelmente a sua duração efectiva, enquanto que é esta última que é essencial para os trabalhadores. O Congresso determinou assim a orientação das lutas para o futuro num dos principais domínios da unidade de acção no plano internacional.

Tiveram também lugar discussões profundas sobre as consequências da automatização, e, em geral, do progresso técnico, sobre as condições de vida e de trabalho. Através de uma certa diversidade de posições nacionais, o Congresso definiu uma posição de acção comum em que se declara que *«a classe operária deve repelir as, consequências nefastas do progresso técnico e lutar vitoriosamente contra a super-exploração para conquistar melhores condições de vida e de trabalho»*.

O «Mercado comum» foi igualmente objecto de discussão, não sómente da parte das organizações sindicais dos países directamente interessados, mas também daquelas, como, por exemplo, a Grã-Bretanha e alguns países escandinavos. O Congresso caracterizou nitidamente «o Mercado comum» como um elemento de reforço dos monopólios e, por consequência, como um perigo para os trabalhadores. Os debates em volta deste ponto devem prosseguir por meio de novas consultas sindicais internacionais a fim de melhor determinar as medidas a tomar.

É preciso acrescentar ainda as discussões sobre a situação dos trabalhadores, discussões baseadas principalmente na importante experiência da Conferência Mundial dos Trabalhadores de Junho de 1956; o apelo para a preparação da Conferência Mundial dos Jovens Trabalhadores que deve realizar-se em Junho de 1958; a proposição de criar um comité sindical internacional de segurança social, etc...

Enfim, o IV Congresso Sindical traçou novas perspectivas para a solidariedade internacional e a unidade de acção à escala internacional nas lutas pela melhoria das condições de vida e de trabalho; o Congresso propôs, com efeito, que todas as organizações sindicais procedam desde já a consultas para definir as suas principais reivindicações comuns, com o fim de se obter a elaboração de um *programa mínimo de acção* aceitável pelos sindicatos de todos os países. Esta proposição, que corresponde aos progressos já realizados na via da unidade de acção, permite avançar mais ainda na via de uma melhor coordenação das lutas reivindicativas à escala internacional.

A luta contra o colonialismo

O Congresso fez progredir a contribuição do movimento sindical à luta contra o colonialismo. Pode dizer-se, que se esta questão não dominou o Congresso, pelo menos, ela esteve presente em

quase todas as intervenções e em quase todos os debates. Isto provém muito naturalmente do facto de a luta contra o colonialismo ser na hora actual um dos principais problemas da vida internacional, aquela que conheceu os desenvolvimentos mais notáveis. A presença no Congresso de numerosos representantes dos países da Ásia, do Médio-Oriente, da África e da América do Sul enriqueceu consideravelmente as discussões e as decisões do Congresso.

O informe do S.A. Dange, secretário geral do Congresso Pan-Indiano dos Sindicatos e vice-presidente da F.S.M. trouxe elementos novos sobre a questão do papel dos sindicatos na luta contra o colonialismo.

A sua contribuição específica constituiu em ter colocada em termos claros e simples, sobre a base das experiências concretas dos países em questão (Índia e Indonésia principalmente), a dupla orientação do movimento sindical: apoio aos programas governamentais de desenvolvimento económico independente, defesa das reivindicações próprias da classe operária, e de ter mostrado como conciliar na prática estas duas tarefas. A linha de acção assim definida foi plenamente confirmada pelo Congresso.

O movimento sindical deve apoiar activamente os planos verdadeiros para um desenvolvimento económico que consolide a independência e crie melhores condições para a elevação do nível de vida e agir pelas reivindicações legítimas dos trabalhadores, por aumentos de salários, o melhoramento das condições de trabalho, o respeito dos direitos sindicais e democráticos.

É preciso para isso, lutar pela liquidação do poder dos monopólios estrangeiros sobre a economia dos países em via de desenvolvimento, limitar a actividade das empresas estrangeiras, nacionalizar os recursos naturais e as empresas pertencendo aos monopólios estrangeiros, apoiar o desenvolvimento do sector do Estado na economia. Os sindicatos devem contribuir igualmente para a solução dos problemas da ajuda técnica e do fornecimento do equipamento vindo de países estrangeiros, velando para que esses países não se aproveitem disso para intervir nos negócios interiores dos países que recebem a ajuda.

Esta orientação, defendida pela classe operária, é a única conforme o interesse nacional.

Paralelamente, os sindicatos, não devem abandonar as reivindicações dos trabalhadores, não devem aceitar os argumentos da burguesia do pedir-lhes para afrouxarem, em proveito do desenvolvimento económico, a acção reivindicativa. Pelo contrário, a acção por estas reivindicações, adaptada às condições próprias em cada país, é necessária ao desenvolvimento económico. Eis porque o Congresso definiu as principais reivindicações comuns aos trabalhadores dos países em via de desenvolvimento: aumento de salários, oposição à intensificação do trabalho e aos despedimentos resultantes da racionalização, acção contra o desemprego, redução e estabilização dos preços, melhoramento da legislação do trabalho e da segurança social com a participação dos sindicatos, redução da duração do trabalho, melhoria das condições da habitação, supressão da discriminação racial, respeito dos direitos sindicais e das liberdades democráticas.

Por outro lado, os problemas políticos da luta contra o colonialismo e pela independência foram igualmente largamente debatidos. Além das resoluções e declarações de solidariedade em relação a Chipe, África do Sul, Coreia do Sul, Vietnam, Síria, Camarões, é preciso mencionar muito particularmente as decisões respeitantes à solidariedade para com a luta do povo e dos trabalhadores da Argélia. O Congresso tomou a iniciativa de organizar, em 15 de Novembro, uma jornada internacional sindical de solidariedade para com a Argélia e lançou a ideia da criação dum Comité Sindical Internacional de Solidariedade àquele país aprovada pela quase totalidade das organizações sindicais representativas dos países árabes que estavam presentes ao Congresso. Este dirigiu, enfim, à Assembleia Geral das Nações Unidas e à delegação da F.L.N., na O.N.U., mensagens de solidariedade.

O Congresso tratou igualmente da actividade dos sindicatos a favor do desarmamento. Ele sublinhou, tanto na sua resolução geral como na carta aberta às organizações sindicais, o facto essencial que, se todas as organizações sindicais, de todas as



tendências e filiação, se lançassem numa acção comum pelo desarmamento e pela interdição das armas atómicas e termo-nucleares, isso constituiria uma força tal que necessariamente influiria na política e decisões dos governos neste domínio. Esta linha de acção, tendo em conta posições tomadas pelas grandes centrais nacionais da F.S.M., da C.I.S.L. e autónomas e na etapa actual da luta pelo desarmamento, aquela que oferece mais possibilidades de união, que deixa a via aberta para todas as iniciativas susceptíveis de progredir.

Sobre a via da unidade

Tais são as principais decisões do IV Congresso Sindical Mundial sobre os três planos principais de acção sindical.

A questão da unidade dominou o conjunto destes trabalhos. Pela sua composição, pela variedade das opiniões que ali se emitiram, pela pesquisa sistemática da parte de todos os presentes de posições comuns, pela unanimidade das decisões tomadas, o Congresso foi por si próprio uma potente manifestação da unidade sindical internacional. A troca de experiências unitárias na tribuna do Congresso, nas comissões, nos contactos entre delegados foi muito rica.

O Congresso não mascarou de forma alguma os obstáculos que actualmente impedem a unidade e particularmente as recusas sistemáticas opostas pelos dirigentes da C.I.S.L. e sobretudo dos da A.F.L. a todo o contacto com a F.S.M.

Entretanto, como declarou Louis Saillant:

«Se se não deve fazer nascer a ilusão de que a realização da unidade é para amanhã, não se deve sobretudo deixar que se acredite na ideia da incerteza da sua realização, mesmo da sua impossibilidade, porque existem sempre obstáculos sérios».

É o presidente da F.S.M., Giuseppe Di Vittorio, cuja morte foi

uma perda considerável para o movimento sindical internacional, precisou as possibilidades imediatas:

«Visto que as reivindicações colocadas por todas as centrais nacionais interessadas, e também pelas três internacionais sindicais existentes, são praticamente as mesmas, eis aí a base objectiva duma colaboração entre todas as organizações sindicais, visando alargar e desenvolver a luta unitária e coordenada dos trabalhadores até obterem as suas reivindicações comuns. É esta unidade de luta pelas reivindicações imediatas é possível, mesmo se em relação a outros pontos existem desacordos entre as diferentes organizações sindicais».

Além disso, o Congresso abriu novas perspectivas no que respeita às trocas sindicais internacionais, cujo papel do ponto de vista da unidade não pode ser subestimado.

A sua contribuição específica neste ponto consistiu em ter precisado as condições em que estas trocas se podem desenvolver da maneira mais favorável à unidade:

respeito mútuo e não ingerência nos assuntos interiores das organizações sindicais;

troca de informações, organização de encontros e de discussões num plano de igualdade;

procura de questões sobre as quais os trabalhadores possam unir-se, fixação de objectivos e de palavras de ordem comuns, eliminação voluntária dos pontos sobre os quais não haja acordo.

Pelas bases unitárias que definiu, o IV Congresso Sindical Mundial deu, sem dúvida nenhuma um novo impulso à marcha para a unidade sindical internacional.

Por esta via, traçada com firmeza pelo maior congresso da história do movimento sindical internacional, está assegurada uma marcha mais rápida, servir-se-ão melhor os interesses de todos os trabalhadores, contribuir-se-á ainda mais para o desenvolvimento pacífico das relações internacionais.

SE FORES PRESO, CAMARADA...

A LUTA LÁ FORA CONTINUA!

Quase sempre a polícia procura fazer crer aos camaradas que prende que afinal toda a organização acaba por cair nas mãos da polícia. Com isso, procura desanimar os camaradas, tirar-lhes a confiança no seu ideal e no seu Partido, convencê-los de que lutam por uma causa condenada à derrota.

Muitas vezes dizem que já prenderam este ou aquele, que sabemisto ou aquilo, mostram ou exibem materiais e apanhados (sobretudo quando são abundantes), riem e troçam do Partido e dos militantes, caluniam e mentam.

Mas tu, camarada, mesmo que sejas preso com outros, mesmo que a tua organização seja duramente atingida, tem confiança! O nosso Partido é indestrutível e a prova é que se tem engrandecido através de anos e anos de luta, em que sofreu duros golpes e revezes. Mesmo que os golpes sofridos pelo Partido quando da tua prisão sejam duros, e mesmo que a polícia os exagere, tem confiança, camarada, e pensa que, ao mesmo tempo que, preso, tu estás lutando em defesa do Partido, lá fora a luta continua.

AS TORTURAS

Para obter declarações prejudiciais ao Partido, a polícia maltrata os presos. Uns anos atrás, quando o fascismo julgava ir triunfar no mundo, as torturas eram mais cruéis. Muitos camaradas nossos foram selvaticamente torturados: com espancamentos brutais durante horas e horas a cavalo marinho e com grossas tábuas; apertos de teticulos; pancadas brutais nas plantas dos pés descalços, etc. Muitos camaradas assim torturados, souberam resistir heroicamente, não prestando declarações, levantando bem, alto a bandeira do nosso Partido.

A polícia fascista continua empregando métodos de tortura, como espancamentos ou «estátua» (que consiste em fazer estar o preso horas e horas em pé sem se poder mexer). E é de esperar que, com o desespero do fascismo ante o movimento popular crescente, as torturas se venham a tornar mais cruéis.

A primeira vez que a polícia tortura o preso é decisiva. Se o preso fraqueja, se diz o que a polícia pretende, esta vê o ponto fraco e redobra as brutalidades para obter novas declarações. Mas, se o camarada preso é um camarada sincero, as torturas só fazem robustecer a sua fé, e elas não o forçam a fazer qualquer declaração. Há imensos casos em que camaradas que aguentam heroicamente um primeiro espancamento nunca mais foram maltratados. Noutros casos, a polícia insiste, volta a maltratar. Se fores torturado, camarada, procura fixar no teu espírito a seguinte ideia: *«Assim não levam nada!»*; e *«podeis estar tranquilos, camaradas que lá estais fora; eu não vos trairei!»*.

Quando um camarada, terminada a tortura, vê que cumpriu, que nada disse, que satisfação consigo próprio e que confiança!

(Do folheto «SE FORES PRESO, CAMARADA...»)